

SEGURANÇA⁺i

APSEI

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

GUIA PRÁTICO SEGURANÇA PARA CONDOMÍNIOS

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:



ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Segurança Contra Incêndio (<i>Safety</i>)	4
2.1. Que espaços de um condomínio estão obrigados a implementar medidas de autoproteção?	4
2.2. Em que consistem as medidas de autoproteção?	4
2.3. Quem é responsável pela implementação das Medidas de Autoproteção?	5
2.4. Quais as Medidas de Autoproteção obrigatórias?	5
2.5. As Medidas de Autoproteção obrigam-me a fazer a manutenção aos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios instalados?	7
2.6. Qual a periodicidade de manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio?	7
2.7. Quem pode efetuar a manutenção aos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio?	7
2.8. Como saber se a empresa de manutenção que contratei está autorizada a exercer a atividade?	8
2.9. Quando uma empresa intervenciona um equipamento ou sistema de segurança contra incêndio em edifícios tem de deixar algum registo com o cliente?	8
2.10. Que equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios são obrigatórios?	8
3. Segurança Eletrónica (<i>Security</i>)	10
3.1. Que sistemas de segurança eletrónica podem ser adotados, de modo a garantir a segurança de um edifício?	10
3.2. Posso instalar um sistema de videovigilância no imóvel onde habito?	10
3.3. Necessito de ter algum cuidado especial com a acessibilidade às imagens captadas e com os dados de acesso dos sistemas de segurança?	10
3.4. A que obrigatoriedades legais estão sujeitos os sistemas de deteção de intrusão?	11
3.5. Os sistemas de segurança eletrónica podem ser instalados por qualquer pessoa ou por qualquer empresa?	11
3.6. Que informações estão estas empresas obrigadas a entregar ao proprietário dos sistemas?	11
3.7. Os sistemas de segurança têm de possuir características técnicas específicas?	11
3.8. A que obrigatoriedades legais estão sujeitas as empresas gestoras de centrais de alarmes, às quais está ligada a generalidade dos sistemas de deteção de intrusão e de videovigilância?	12
3.9. Que informações devem disponibilizar as empresas gestoras de centrais de receção de alarmes (empresas titulares de Alvará C) aos seus clientes?	12
3.10. Em caso de avaria do sistema, como devem proceder as empresas titulares de Alvará C?	12
3.11. Como posso garantir o correto funcionamento dos sistemas de segurança?	12

1. INTRODUÇÃO

A segurança de um edifício pode ser vista de dois prismas que, sendo complementares nos seus objetivos, têm as suas especificidades próprias, necessitando, por essa razão, de ser tratadas de forma independente. Estas áreas são o *safety* e o *security*. A segurança contra incêndio tem como objetivo criar as condições necessárias à prevenção e extinção de incêndios, enquanto a segurança eletrónica tem como finalidade contribuir para a proteção de pessoas e bens e para a prevenção da prática de crimes.

Em matéria de proteção contra incêndios, todos os edifícios, independentemente da data de construção e de licenciamento, estão obrigados a adotar as medidas de autoproteção definidas no Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, e Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro).

No que se refere à segurança eletrónica, esta é regulamentada pelo Regime Jurídico de Segurança Privada (Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, e Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto, alterada pela Portaria n.º 106/2015, de 13 de abril). Apesar desta regulamentação não exigir que todos os edifícios implementem medidas de segurança, estas são fundamentais na garantia da segurança dos edifícios, dos seus ocupantes e dos seus bens. Assim, em caso de adoção de sistemas de segurança, existe uma série de questões regulamentares a assegurar, de modo a garantir a operacionalidade dos sistemas e, consequentemente, a segurança dos edifícios.

Por *safety* entende-se principalmente a proteção das pessoas, mas também do património e ambiente, contra fatores naturais, como sejam incêndios e catástrofes naturais.

Por *security* entende-se a proteção de pessoas e bens relativamente a eventos programados, normalmente de origem criminosa.

Neste documento, iremos destacar a área da segurança contra incêndio, no âmbito do *safety*, e a segurança eletrónica, no âmbito do *security*.

2. SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (SAFETY)

2.1. Que espaços de um condomínio estão obrigados a implementar medidas de autoproteção?

(Considera-se que a generalidade dos condomínios existentes pode integrar espaços destinados à habitação, ao estacionamento, a escritórios de serviços, a comércio e a restauração.)

Habitação (Utilização-Tipo I)

Apenas estão sujeitas às obrigações legais de autoproteção decorrentes do Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios as partes comuns dos edifícios em que a habitação ocupe uma altura superior a 28m ou nos quais exista habitação em mais de três pisos abaixo da cota à qual é efetuado o acesso das viaturas de socorro.

Estacionamentos (Utilização-Tipo II), Administrativos (Utilização-Tipo III), Restauração (Utilização-Tipo VII) e Comércio (Utilização-Tipo VIII)

Estão obrigados a adotar as medidas de autoproteção exigíveis na legislação aplicável, todos os estacionamentos integrados em edifícios, bem como todos os espaços destinados a atividades administrativas, de atendimento ao público ou de serviços, de restauração e bebidas, bem como ao comércio de materiais, produtos e equipamentos ou outros bens destinados a serem consumidos no exterior do estabelecimento.

2.2. Em que consistem as medidas de autoproteção?

As medidas de autoproteção são procedimentos de utilização dos espaços e têm como finalidade a prevenção de incêndios, a manutenção das condições de segurança e a adoção de medidas para fazer face a uma situação de emergência. Visam garantir que os equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios estão em condições de ser operados permanentemente e são utilizados corretamente, e que, em caso de emergência, os ocupantes abandonam o edifício em segurança.

São constituídas por:

- **Medidas Preventivas:** procedimentos de prevenção ou planos de prevenção, conforme a categoria de risco de incêndio do edifício.

> **Procedimentos de Prevenção:** regras de exploração e de comportamento, a adotar pelos ocupantes, destinadas a garantir a manutenção das condições de segurança do edifício.

> **Plano de Prevenção:** documento no qual são indicados a organização e os procedimentos a adotar para evitar a ocorrência de incêndios e para garantir a manutenção do nível de segurança decorrente das medidas de autoproteção adotadas e a preparação para fazer face a situações de emergência.

- **Medidas de Intervenção em caso de Incêndio:** procedimentos de emergência ou planos de emergência internos, conforme a categoria de risco de incêndio do edifício.

> **Procedimentos de Emergência:** procedimentos e técnicas de atuação a adotar pelos ocupantes em caso de emergência.

> **Plano de Emergência Interno:** documento no qual são indicadas as medidas de autoproteção a adotar para fazer face a uma situação de incêndio, nomeadamente a organização, os meios humanos e materiais a envolver e os procedimentos a cumprir.

- **Registos de Segurança:** conjunto de relatórios de vistorias ou inspeções, relatórios das manutenções efetuadas aos equipamentos e sistemas de SCIE e registos das ocorrências direta ou indiretamente relacionadas com a SCIE.

- **Formação em SCIE:** ações de sensibilização destinadas a todos os ocupantes do edifício ou formação específica de SCIE destinada aos elementos afetos à implementação das medidas de autoproteção ou que pertençam às equipas da organização de segurança

- **Simulacros:** teste do plano de emergência interno e treino dos ocupantes

2.3. Quem é responsável pela implementação das Medidas de Autoproteção?

O responsável pela implementação das Medidas de Autoproteção é o Responsável de Segurança do edifício.

Consoante a Utilização-Tipo, este será:

Utilização-Tipo	Ocupação	Responsável de Segurança
Habitação (UT I)	Interior das habitações	Proprietário
	Espaços comuns	Administração do Condomínio
Administrativos (UT III) Restauração (UT VII) Comércio (UT VIII)	Cada Utilização-Tipo	Proprietário ou entidade exploradora de cada Utilização-Tipo
	Espaços comuns a várias Utilizações-Tipo	Entidades gestora dos espaços comuns a várias Utilizações-Tipo

2.4. Quais as Medidas de Autoproteção obrigatórias?

As medidas de autoproteção a implementar dependem da categoria de risco em que se enquadra a Utilização-Tipo.

Consulte os equipamentos e sistemas obrigatórios por Utilização-Tipo na seguinte tabela:

		Registo de segurança	Procedimentos de prevenção	Plano de prevenção	Procedimentos em caso emergência	Plano emergência interno	Ações de sensibilização e formação	Simulações
Habitação UT I	Altura superior a 28m e até 50m e com 4 ou cinco pisos abaixo do plano de referência (3.ª categoria de risco)	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✗
	Altura superior a 50m e com mais de cinco pisos abaixo do plano de referência (4.ª categoria de risco)	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓
Estacionamento UT II	Altura até 9m, com área bruta até 3200m² e até 1 piso abaixo do plano de referência (1.ª categoria de risco)	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	Altura até 28m, com área bruta até 9600m² e até 3 pisos abaixo do plano de referência (2.ª categoria de risco)	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✗
	Altura até 28m, com área bruta até 9600m² e até 3 pisos abaixo do plano de referência (2.ª categoria de risco)	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓
Administrativos UT III	Altura até 9m e efetivo até 100 pessoas (1.ª categoria de risco)	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	Altura até 28m e efetivo até 1000 pessoas (2.ª categoria de risco)	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗
	Altura superior a 28 m e efetivo superior a 1000 pessoas	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓
Restauração UT VII	Altura até 9m e efetivo até 100 pessoas (1.ª categoria de risco sem locais de risco D e E)	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	Altura até 9m e efetivo até 100 pessoas, com um máximo de 50 pessoas em locais de risco E (1.ª categoria de risco com locais de risco D e E) e altura até 9m e efetivo até 500 pessoas (2.ª categoria de risco sem locais de risco D e E)	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗
	Altura até 9m e efetivo até 500 pessoas, com um máximo de 500 pessoas em locais de risco E (2.ª categoria de risco com locais de risco D e E) e altura superior a 9m e efetivo superior a 500 pessoas (3.ª e 4.ª categorias de risco)	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓
Comércio UT VIII	Altura até 9m, sem pisos abaixo do plano de referência e com efetivo até 100 pessoas (1.ª categoria de risco)	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	Altura até 28m, até 1 piso abaixo do plano de referência e efetivo até 1000 pessoas (2.ª categoria de risco)	✓	✗	✓	✓	✗	✓	✗
	Altura superior a 28m, com mais de 1 piso abaixo do plano de referência e efetivo superior a 1000 pessoas (3.ª e 4.ª categorias de risco)	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓

2.5. As Medidas de Autoproteção obrigam-me a fazer a manutenção aos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios instalados?

Os equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios são a garantia da proteção dos bens e das vidas humanas numa situação de incêndio. Assim sendo, se não for efetuada a manutenção destes equipamentos, não será possível garantir o seu correto funcionamento aquando da sua solicitação.

Não obstante este facto, decorrente da obrigatoriedade de implementar as medidas de autoproteção estabelecidas no Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios, a manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio em edifícios é obrigatória. A não manutenção dos referidos equipamentos e sistemas está, inclusivamente, sujeita a contraordenação que pode ir até aos 44 000€, no caso de pessoa coletiva.

2.6. Qual a periodicidade de manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio?

A inspeção e a manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio em edifícios deve ser efetuada de acordo com o estabelecido nas normas nacionais e europeias aplicáveis, mas também de acordo com as instruções dos fabricantes dos equipamentos e sistemas. Não obstante as periodicidades definidas nestes documentos, é aconselhável que os equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio sejam sujeitos a manutenção pelo menos uma vez por ano.

2.7. Quem pode efetuar a manutenção aos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio?

A manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio apenas pode ser efetuada por empresas registadas na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A lista de empresas registadas na ANPC e, portanto, autorizadas a comercializar, instalar e manter equipamentos e sistemas de SCIE, está disponível para consulta na página eletrónica da ANPC, em www.prociv.pt.

No caso da atividade de manutenção de extintores, as empresas, para além de estarem registadas nessa área na ANPC, devem ainda ser detentoras da certificação do serviço de manutenção de extintores segundo a Norma Portuguesa 4413:2012. A detenção desta certificação é comprovada através de certificado de serviço que ateste o cumprimento dos requisitos definidos na NP 4413, emitido por Organismo de Certificação acreditado para o efeito pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC). Os certificados emitidos por Organismos de Certificação acreditados pelo IPAC são identificados pela aposição do selo de acreditação do IPAC.

2.8. Como saber se a empresa de manutenção que contratei está autorizada a exercer a atividade?

Para saber se uma empresa está autorizada para o exercício das atividades de comércio, instalação e manutenção de equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio, deve ser consultada a lista de entidades registadas que está disponível na página eletrónica da ANPC, em www.prociv.pt.

Vejamos o exemplo de uma empresa que foi contratada para efetuar a manutenção dos extintores existentes no edifício. Na lista de entidades registadas da ANPC, há que confirmar se a empresa em questão está efetivamente registada na área de manutenção de extintores. Se a empresa apenas estiver registada para as atividades de comércio e instalação de extintores, não poderá exercer efetuar a manutenção aos equipamentos.

Uma entidade, para efetuar a manutenção de qualquer equipamento ou sistema, tem de possuir recursos humanos com capacidade técnica para intervencionar esses equipamentos e sistemas, para além de possuir os meios físicos e materiais necessários. Uma empresa com atividade nos sistemas de extinção por água terá de possuir competências técnicas e recursos materiais distintos de uma empresa que intervencione, por exemplo, sistemas automáticos de deteção de incêndios. Assim sendo, é fundamental garantir que quem executa uma determinada atividade possui efetivamente as competências necessárias para o efeito.

2.9. Quando uma empresa intervenciona um equipamento ou sistema de segurança contra incêndio em edifícios tem de deixar algum registo com o cliente?

Sempre que uma empresa intervenciona um equipamento ou sistema de segurança contra incêndio deve elaborar um relatório com o registo dos trabalhos efetuados e o resultado da intervenção. A empresa deve entregar obrigatoriamente ao cliente um exemplar do relatório de manutenção, para que este seja incluído nos Registos de Segurança integrantes das Medidas de Autoproteção.

2.10. Que equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios são obrigatórios?

Com exceção dos edifícios destinados exclusivamente à habitação, a generalidade dos edifícios são de utilização mista, pelo facto de contemplarem áreas destinadas a outros tipos de ocupação. Na generalidade dos condomínios é possível encontrar não só habitação, mas também serviços administrativos, espaços comerciais e mesmo restauração.

As várias partes dos edifícios necessitam de ser analisadas de forma independente. Para além disso, esta análise deve ser efetuada tendo em consideração o ano de construção do edifício, uma vez que a atual regulamentação de segurança contra incêndios apenas é aplicável aos edifícios construídos após 1 de janeiro de 2009.

Consulte as medidas de autoproteção por Utilização-Tipo na tabela seguinte:

Equipamento / Sistema	Habitacionais UT I	Estacionamentos UT II	Administrativos UT III	Restauração UT VII	Comércio UT VIII
Hidratantes exteriores	✓	✓	✓	✓	✓
Portas resistentes ao fogo	✓	✓	✓	✓	✓
Sinalização	✓	✓	✓	✓	✓
Iluminação de emergência	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª categoria de risco	✓	✓	✓	✓
Sistemas de deteção, alarme e alerta	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª e 2.ª categorias de risco	✓	✓	✓	✓
Controlo de fumo	✓	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª e 2.ª categorias de risco	✓	✓	✓
Extintores	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª e 2.ª categorias de risco	✓	✓	✓	✓
Bocas de incêndio do tipo carratel	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª e 2.ª categorias de risco	Estão isentos desta obrigatoriedade os estacionamentos cobertos da 1.ª categoria de risco até 500m ²	Estão isentos desta obrigatoriedade os edifícios da 1.ª categoria de risco		
Redes secas e húmidas	Redes secas ou húmidas para a 2.ª categoria de risco; Redes húmidas a partir da 3.ª categoria de risco		Redes húmidas a partir da 3.ª e 4.ª categorias de risco		
Compartimentação	✓	✓	✓	✓	✓
Portas de emergência	✓	✓	✓	✓	✓

3. SEGURANÇA ELETRÓNICA (SECURITY)

3.1. Que sistemas de segurança eletrónica podem ser adotados, de modo a garantir a segurança de um edifício?

A segurança eletrónica, isto é, a segurança que tem como objetivo a prevenção da prática de crimes, pode ser conseguida através da instalação de sistemas de segurança específicos para o efeito. Consoante o nível de proteção pretendido, a decisão pode passar pela adoção de um único ou de vários dos seguintes sistemas de segurança: videovigilância, deteção de intrusão e controlo de acessos.

3.2. Posso instalar um sistema de videovigilância no imóvel onde habito?

Pode, desde que todos os residentes do edifício, sejam eles condóminos ou arrendatários, concordem com a instalação do sistema.

3.3. Necessito de ter algum cuidado especial com a acessibilidade às imagens captadas e com os dados de acesso dos sistemas de segurança?

Os dados de acesso dos sistemas de controlo de acessos e as imagens captadas pelos sistemas de videovigilância não são mais que dados pessoais, pelo que estão ao abrigo da Lei n.º 67/98. Assim sendo, o Responsável pelo Tratamento dos Dados está sujeito às obrigações legais seguintes:

- Sigilo profissional;
- Implementar medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados;
- Impedir o acesso de pessoas não autorizadas às instalações utilizadas para o tratamento dos dados, através do controlo da entrada nas instalações;
- Impedir a leitura, a cópia, a alteração ou a subtração dos suportes de dados que possam ser lidos;
- Impedir a introdução não autorizada, a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas dos dados pessoais inseridos;
- Impedir que os sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados;
- Garantir que as pessoas autorizadas só têm acesso aos dados abrangidos pela autorização;
- Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidos os dados pessoais através das instalações de transmissão de dados;
- Garantir que possa verificar-se a posteriori, em prazo adequado à natureza do tratamento, quais os dados pessoais introduzidos, quando e por quem;
- Impedir que, na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada.

3.4. A que obrigações legais estão sujeitos os sistemas de deteção de intrusão?

Apenas os sistemas de deteção de intrusão dotados de sirene exterior ou suscetíveis de desencadear uma chamada para o número de emergência ou para as orças de segurança estão sujeitos a procedimentos específicos. Assim, os proprietários destes sistemas são obrigados a proceder ao seu registo na autoridade policial da área, no prazo máximo de cinco dias úteis após a sua instalação. Este registo é efetuado através do impresso que está disponível nas páginas oficiais das orças de segurança. Este documento contém o nome, a morada e o contacto das pessoas e serviços que, permanentemente ou por escala, podem em qualquer momento desligar a sirene que tenha sido acionada. Este registo/comunicação pode ser submetido por via eletrónica, desde que seja garantida a autenticação dos utilizadores através de certificados digitais, designadamente através do cartão de cidadão.

3.5. Os sistemas de segurança eletrónica podem ser instalados por qualquer pessoa ou por qualquer empresa?

Não. De acordo com a Lei n.º 34/2013 apenas as entidades registadas na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSPP) podem instalar, manter e dar assistência técnica aos sistemas de videovigilância, sistemas de deteção de intrusão e roubo e sistemas de controlo de acessos. A lista de entidades registadas está disponível para consulta na página eletrónica da DNPSPP, em www.psp.pt.

3.6. Que informações estão estas empresas obrigadas a entregar ao proprietário dos sistemas?

Aquando da instalação de um sistema de alarme, a empresa responsável pela sua instalação está obrigada a entregar ao proprietário do sistema um certificado de instalação que garanta a sua conformidade com a norma CLC/TS 50131-7, nas partes aplicáveis à instalação de alarmes. Por outro lado, sempre que uma empresa intervencionar um sistema de segurança privada deve elaborar um relatório com o registo dos trabalhos efetuados e o resultado da intervenção e entregá-lo ao proprietário do sistema.

3.7. Os sistemas de segurança têm de possuir características técnicas específicas?

Os sistemas de segurança têm de cumprir as normas europeias que lhes são aplicáveis e exigidas pelo Regime Jurídico de Segurança Privada (Anexo IX da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto). As normas não são mais do que documentos técnicos especializados que estabelecem os requisitos técnicos mínimos que devem ser cumpridos pelos equipamentos e sistemas, de modo a garantir determinados níveis de desempenho.

3.8. A que obrigações legais estão sujeitas as empresas gestoras de centrais de alarmes, às quais está ligada a generalidade dos sistemas de deteção de intrusão e de videovigilância?

As empresas gestoras de centrais de alarmes, responsáveis pela monitorização dos dados provenientes dos sistemas de deteção contra intrusão e dos sistemas de videovigilância, têm de estar autorizadas para o efeito pelo Ministério da Administração Interna. Esta autorização assume a forma de titularidade de Alvará C. A lista de empresas autorizadas a prestar serviços de segurança privada a terceiros encontra-se listada, para consulta, na página eletrónica da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, em www.psp.pt.

3.9. Que informações devem disponibilizar as empresas gestoras de centrais de receção de alarmes (empresas titulares de Alvará C) aos seus clientes?

As empresas de segurança privada titulares de Alvará C estão obrigadas a disponibilizar aos utilizadores dos seus serviços, manuais de operação e de manutenção do sistema. Este manual deve incluir, no mínimo, a descrição do funcionamento do sistema, as medidas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados e a relação das avarias mais frequentes e a sua resolução, de modo a assegurar o bom funcionamento do sistema.

3.10. Em caso de avaria do sistema, como devem proceder as empresas titulares de Alvará C?

Em caso de identificação de avaria ou pedido de intervenção por parte do cliente, as empresas de segurança privada titulares de Alvará C estão obrigadas a assegurar os serviços técnicos adequados à intervenção do sistema no prazo máximo de 24 horas após a tomada de conhecimento da anomalia.

3.11. Como posso garantir o correto funcionamento dos sistemas de segurança?

O correto funcionamento dos sistemas de segurança só poderá ser garantido se a sua instalação e manutenção forem efetuadas por empresas de segurança especializadas e registadas na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e se os sistemas forem sujeitos a manutenções periódicas. Para além disso, o correto funcionamento dos sistemas só será garantido se, adicionalmente, estes apenas forem utilizados por pessoas que tenham conhecimento do seu funcionamento.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURANÇA

WWW.APSEI.ORG.PT
Tel. + 351 219 527 849
apsei@apsei.org.pt

Cofinanciado por:



Revisão e verificação efetuada por:

